



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

Aos 09 dias do mês de janeiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 146, do dia 19 de dezembro de 2018;*
3. *Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição de Maria de Belém Roseira, que coordenou a Comissão de Revisão da Lei de Bases da Saúde, para «explicar detalhadamente a esta Comissão o projeto que a Comissão a que presidiu preparou e apresentou ao Governo»;*
4. *Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição de Sofia Lopes Portela, Presidente da ADSE I.P., «com o objetivo de explicar a esta Comissão os vários problemas e instabilidades que este subsistema tem vindo a atravessar - nomeadamente no que diz respeito às regularizações retroativas de faturas relativas a 2015 e 2016 e à possibilidade de cancelamento do regime convencionado por parte de prestadores privados de saúde -, bem como quais os planos do Conselho Diretivo da ADSE I.P. para a sua resolução»;*
5. *Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar a audição urgente da Ministra da Saúde, Marta Temido, sobre a decisão de lançamento de concurso para uma nova Parceria Público Privada para o Hospital de Braga;*
6. *Distribuição, para efeitos de elaboração de parecer, da Conta Geral do Estado de 2017 e do PJI n.º 1050/XIII/4.ª BE, que «Legaliza a canábis para uso pessoal»;*
7. *Outros assuntos.*

11:00 - *Audição do Coordenador da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde, requerida pelo PSD, para «obter esclarecimentos sobre o desenvolvimento desta entidade e as medidas entretanto propostas com vista ao favorecimento do equilíbrio e da sustentabilidade do SNS».*

12:30 - *Audição da Professora Helena Pereira de Melo, candidata a membro do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), nos termos do artigo 256.º do RAR.*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

1. Informações

O Presidente recordou que no dia 15, pelas 15 horas, a Comissão de Saúde reunirá no Hospital D. Estefânia com o coordenador e os chefes de equipa demissionários e, pelas 16 horas, haverá a audição do CA do CHLC, a que pertence aquele Hospital. No dia 16, estão previstas várias audições, a saber: às 10 horas, o Conselho Regional da Ordem dos Médicos e a Bastonária da Ordem dos Enfermeiros; às 11 horas, o CA do Centro Hospitalar Lisboa Norte e, às 12 horas, os sindicatos dos enfermeiros. No dia 18, sexta-feira, às 15 horas, está prevista uma reunião de Mesa e Coordenadores, para receber uma Delegação Brasileira, a pedido do Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara de Deputados, Deputado Juscelino Filho, para abordar «*temas ligados à prática médica no âmbito da ozonioterapia e do Sistema de Emergências Médicas*».

O Presidente informou que as Deputadas do PS Joana Lima e Maria da Luz Lopes passam a integrar a Comissão de Saúde, como suplentes. Informou também que baixaram à Comissão, na especialidade, os PJs n.ºs 872 PS e 1034 PAN, que serão debatidos no GT, já constituído, para os direitos das grávidas (PJs n.ºs 555 e 563), visto que abordam a mesma matéria.

2. Apreciação e votação da ata n.º 146, do dia 19 de dezembro de 2018

A ata n.º 146 de 19 de dezembro foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição da de Maria de Belém Roseira, que coordenou a Comissão de Revisão da Lei de Bases da Saúde, para «explicar detalhadamente a esta Comissão o projeto que a Comissão a que presidiu preparou e apresentou ao Governo»

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o requerimento do CDS-PP que solicita a audição de Maria de Belém Roseira, que coordenou a Comissão de Revisão (CR) da Lei de Bases da Saúde, para «explicar detalhadamente a esta Comissão o projeto que a Comissão a que presidiu preparou e apresentou ao Governo. Chamou a atenção para a pertinência da audição, com carácter de urgência, e tendo em conta que no dia



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

23 serão debatidos, em plenário, a PPL e os PJJ's, faz sentido ouvir até lá quem presidiu ao grupo de trabalho.

O Deputado Ricardo Baptista Leite cumprimentou a Deputada pelo requerimento que votará favoravelmente. O Governo entendeu criar uma CR, que foi coordenada por Maria de Belém Roseira, para apresentar um estudo sobre a Lei de Bases da Saúde, considerando fundamental ouvi-la. Aliás, todos os membros do GT deviam ser ouvidos, propondo esse alargamento ao CDS-PP.

O Deputado António Sales saudou Maria de Belém por todo o trabalho que tem feito em prol do PS e pela causa pública, nomeadamente o trabalho feito no âmbito do GT e que envolveu diversos parceiros, e que foi entregue no prazo previsto. Entende que a expectativa do CDS-PP é a de obter ganhos políticos com a sua audição, que não merecia ser instrumentalizada. Votará favoravelmente a audição porque será um enriquecimento nesta matéria.

O Deputado Moisés Ferreira disse que se abstém na votação do requerimento, elucidando que já existe um GT sobre a Lei de Bases da Saúde, devendo ser aí que a audição de Maria de Belém se deverá realizar. Podem fazer-se as apreciações que se entender sobre o trabalho da CR, a qual não tinha iniciativa legislativa, porque essa cabe ao Governo, que a tomou, apresentando uma proposta de lei.

A Deputada Carla Cruz lembrou que o PCP é sempre favorável a que a Comissão ouça todas as entidades e personalidades propostas. Existe um GT sobre o tema, no qual deverá ser ouvida Maria de Belém, bem como outras entidades. Pela exposição compreende agora porque é que o CDS se apropriou da proposta da CR sobre a Lei de Bases e pretende ouvir a coordenadora em Comissão, e não em GT.

A Deputada Isabel Galriça Neto ressaltou não entender porque os partidos de esquerda receiam que a Maria de Belém venha falar deste assunto porque, com o seu percurso, nunca poderá ser instrumentalizada. Saliu que à boa maneira portuguesa deita-se para o lixo o trabalho de uma comissão que foi feito com sinceridade e imparcialidade.

O requerimento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e as abstenções do BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

4. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição de Sofia Lopes Portela, Presidente da ADSE I.P., «com o objetivo de explicar a esta Comissão os vários problemas e instabilidades que este subsistema tem vindo a atravessar - nomeadamente no que diz respeito às regularizações retroativas de faturas relativas a 2015 e 2016 e à possibilidade de cancelamento do regime convencionado por parte de prestadores privados de saúde -, bem como quais os planos do Conselho Diretivo da ADSE I.P. para a sua resolução»

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o requerimento solicitando a audição da Presidente da ADSE, Sofia Lopes Portela, para explicar os vários problemas e instabilidades que este subsistema tem vindo a atravessar. Deu nota da possibilidade do cancelamento do regime convencionado por vários hospitais privados, segundo um comunicado da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro disse que a instabilidade relatada no requerimento já foi abordada em Comissão. É preocupante e é premente resolver a questão, que abrange mais de um milhão de beneficiários. A bem do interesse público e dos beneficiários, aprova a iniciativa.

O Deputado António Sales não entende que se apresente um requerimento com base na informação de uma instituição privada. Tratando-se de um processo negocial, os responsáveis da ADSE convidaram os prestadores a pronunciarem-se no prazo de 30 dias úteis, que ainda não se esgotaram. O PS entende que só depois se devia ouvir a Presidente da ADSE.

O Deputado Moisés Ferreira disse que o BE vota favoravelmente o requerimento. Está a ser tentada uma maior fiscalização destes operadores e será interessante ver como se deve fazer a fiscalização da atividade dos prestadores privados da ADSE.

A Deputada Carla Cruz vai votar favoravelmente o requerimento. Julga que o caminho da ADSE deve ser o de maior fiscalização dos prestadores com os quais a ADSE tem contrato, aguardando esclarecimentos sobre as respostas que estão a ser dadas.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu os comentários.

O requerimento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, estando ausente o PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

5. Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar a audição urgente da Ministra da Saúde, Marta Temido, sobre a decisão de lançamento de concurso para uma nova Parceria Público Privada para o Hospital de Braga

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento que solicita a audição da Ministra da Saúde sobre o lançamento de concurso para uma nova PPP para o Hospital de Braga, frisando que a Ministra disse na Comissão que manter a PPP de Braga seria um retorno. É preciso esclarecer a situação e saber se o Governo e o PS pretendem manter a PPP ou manter o Hospital na esfera pública.

O Deputado Ricardo Baptista Leite subscreve o que foi dito. Começa a ser recorrente haver contradições, começando-se a não acreditar no que a Ministra diz. Considera uma incongruência a posição que o Governo tomou agora, face à posição defendida na audição na Comissão em dezembro passado. Votará favoravelmente.

O Deputado João Gouveia teceu considerações sobre a iniciativa, dizendo que o PS entende que qualquer análise exige uma clarificação por parte da Ministra, pelo que votará favoravelmente.

A Deputada Isabel Galriça Neto recordou que há um GT das PPP onde podem ser chamadas pessoas para audição. O Governo não foi claro e não compreende os anúncios diferentes. Votará favoravelmente.

A Deputada Carla Cruz acompanha o requerimento, porque será uma oportunidade para esclarecer a opção tomada, que foi confirmada pela ARS Norte. O PCP entende que o Governo devia aproveitar o fim da PPP e integrar o Hospital de Braga no setor público. Será um bom debate para esclarecer os dados da PPP publicados pela ARS Norte, no que toca ao não atendimento dos doentes nos tempos máximos de resposta. O requerimento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, estando ausente o PEV.

6. - Distribuição, para efeitos de elaboração de parecer, da Conta Geral do Estado de 2017 e do P.J.L n.º 1050/XIII/4.ª BE, que «Legaliza a canábis para uso pessoal»

Para elaboração de Parecer, foi distribuída a Conta Geral do Estado de 2017 ao PS, que indicou a Deputada Joana Lima.

O Presidente informou ainda que o P.J.L n.º 1050 BE, que «Legaliza a canábis para uso pessoal», cabe ao PSD para elaboração do Parecer. Mas encontrando-se já agendada a sua discussão na generalidade para dia 17 de janeiro, perguntou ao GP se haverá



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

tempo para fazer o referido Parecer, tendo o Deputado Ricardo Baptista Leite dito que será ele próprio o autor do Parecer, desde que a Nota Técnica do P JL esteja pronta até dia 11, à tarde. Os serviços de apoio da Comissão comprometeram-se a entregar a Nota Técnica no prazo solicitado.

11:00 - Audição do Coordenador da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde, requerida pelo PSD, para «obter esclarecimentos sobre o desenvolvimento desta entidade e as medidas entretanto propostas com vista ao favorecimento do equilíbrio e da sustentabilidade do SNS»

O Presidente deu a palavra ao Coordenador da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde, Julian Perelman, que se fez acompanhar pela Coordenadora adjunta, Antonieta Ávila, e pela Técnica-investigadora, Maria Ana Matias.

Julian Perelman fez uma apresentação dando conta de que a Estrutura de Missão (EM), está na dependência dos Ministérios da Saúde e das Finanças, foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros e publicada no dia 15 de março de 2018. Fez o enquadramento da situação, apresentando dados sobre as despesas totais em saúde, a evolução da despesa pública em saúde e a dívida vencida e pagamentos em atraso nos hospitais EPE. Falou do objetivo a curto prazo, do projeto de autonomia e financiamento para 2019 e ainda fez referência às recomendações para a sustentabilidade do SNS. Falou ainda da criação de três categorias de hospitais, com base no custo com doente padrão, em que os hospitais de nível 1 têm uma eficiência de mais de 95%, os de nível 2 uma eficiência entre 80% e 95% e os de nível 3 têm uma eficiência inferior a 80%.

O Deputado Ricardo Baptista Leite agradeceu a presença de Julian Perelman, que já conhece de trabalhos académicos feitos em conjunto. Apresentou o requerimento que solicita a audição do Coordenador da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde, para «obter esclarecimentos sobre o desenvolvimento desta entidade e as medidas entretanto propostas com vista ao favorecimento do equilíbrio e da sustentabilidade do SNS». Fez referência ao Relatório do Tribunal de Contas (TC), publicado no dia anterior, que fala do aumento das dívidas, o que acarreta consequências, e ainda põe em causa a fiabilidade das contas consolidadas do SNS. Perguntou se considera que o Governo tem feito o esforço



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

suficiente para resolver o problema da estrutura da dívida, se existem outras recomendações, qual a razão de no *site* da ACSS não estarem publicados os contratos para 2019 e se tem conhecimento de algum estudo sobre investimento.

O Deputado João Marques cumprimentou a equipa da Estrutura de Missão. O SNS é um sistema muito complexo porque tem de ter em conta muitos fatores para além do tratamento, como o envelhecimento da população, acrescentando que tanto a evolução tecnológica como a inovação terapêutica contribuem para o aumento da procura. O PS acredita na gestão pública, considerando ser necessário fazer o diagnóstico correto e olhar para as medidas concretas. Colocou questões sobre a autonomia dos hospitais, sobre a avaliação da eficiência e sobre se teve algum ponderador como a localização e os custos de contexto e se a Estrutura de Missão está a reportar à tutela, em tempo oportuno, a informação aqui dada.

O Deputado Moisés Ferreira considerou a apresentação interessante, incluindo as recomendações e a tipificação dos hospitais. Perguntou se o principal problema é de gestão ou é orçamental. O anterior Ministro disse que havia má gestão, mas parece que o que existe é má decisão política, já para não falar da lei dos compromissos, que é um garrote ao SNS.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu as informações. Perguntou se toda a documentação é conhecida da tutela e se face às propostas de alteração para os modelos de financiamento e para o acompanhamento das estruturas hospitalares com piores prestações o OE 2019 não diferencia as verbas para os tais 11 hospitais. Há recomendações claras de montantes para os 11 hospitais, até tendo em conta o maior desafio causado pelo envelhecimento da população e do aumento das doenças crónicas. Pediu que comentasse os dados citados no relatório do TC quando refere que 2017 foi o pior resultado dos hospitais EPE e se acha que o OE 2019 vai permitir a inflexão do endividamento, que está a crescer, e da suborçamentação e se estão a ser dados passos para os resolver.

A Deputada Carla Cruz agradeceu as informações e pediu que fosse deixada cópia da apresentação. As razões do endividamento têm várias causas como o subfinanciamento crónico do SNS, o que atrasa a assunção de compromissos, no pagamento da dívida, porque põe em causa a prestação dos cuidados de saúde e também a incapacidade de renovar os equipamentos obsoletos. O TC tem alegado que os hospitais não têm fundos disponíveis, o que tem más repercussões. No modelo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

de autonomia dos hospitais proposto pela EM, os hospitais de nível 3 são os que terão mais dificuldades, perguntando como será feito esse acompanhamento para que não fique em causa a prestação de cuidados de saúde.

Julian Perelman agradeceu as questões, sublinhando que são um contributo para o seu trabalho. Informou que a Estrutura da Missão tem tempo definido, acaba quando o Governo terminar. Informou ainda que há uma série de instrumentos que terão de ser melhor utilizados. Um grande desafio prende-se com o envelhecimento da população, originando a diminuição dos cuidados agudos e aumentando os cuidados continuados, e que é um grande problema no futuro. Socorreu-se dos dados da sua apresentação para enfatizar que todos os hospitais vão receber reforço, mas que será maior para os hospitais mais eficientes.

Na segunda ronda fizeram intervenções, agradecendo as respostas e pedindo esclarecimentos adicionais, os Deputados Ricardo Baptista Leite, João Marques, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que Julian Perelman respondeu em conjunto, sublinhando estar disponível para mais esclarecimentos.

O Presidente agradeceu a forma transparente da apresentação, a disponibilidade e os esclarecimentos que ajudarão na reflexão deste tema tão importante para o SNS.

A gravação e o vídeo desta audição poderão ser acedidos [aqui](#).

Audição da Professora Helena Pereira de Melo, candidata a membro do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), nos termos do artigo 256.º do RAR.

O Presidente cumprimentou Helena Pereira de Melo, candidata a membro do CNPMA, agradecendo a sua presença na Comissão de Saúde, dando-lhe em seguida a palavra para uma breve apresentação.

Helena Pereira de Melo cumprimentou o Presidente e os Deputados. Fez uma resenha do seu percurso profissional, referindo, nomeadamente, a sua dedicação ao ensino e à Bioética, sendo Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Bioética. Anunciou que participou no grupo de trabalho que elaborou um estudo sobre a Lei de Bases da Saúde, o qual foi coordenado pela Dr.ª Maria de Belém Roseira.

A Deputada Ângela Guerra saudou a candidata pelo excelente currículo, designadamente na área da Bioética. O CNPMA tem grandes potencialidades, mas há



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

outras matérias que têm de ser pensadas, perguntando quais são as que identifica para o Conselho debater e quais os estrangulamentos que as podem afetar. Pediu que a candidata se pronunciasse sobre o acórdão do Tribunal Constitucional (TC) que considerou inconstitucionais alguns artigos da Lei sobre a gestação de substituição. Perguntou também o que pode fazer para diminuir as listas de espera dos centros públicos de PMA e qual é o relacionamento que deve existir com os centros privados e ainda sobre se a Nova Lei de Bases da Saúde deve fazer alguma referência a estes temas.

A Deputada Marisabel Moutela disse que está perante alguém de excelência, como o comprova a análise do seu currículo, não lhe levantando por isso quaisquer questões. Considera que a infertilidade é um problema mundial e também o é em Portugal onde já nasceram mais de 2500 crianças com recurso às técnicas da PMA. Falou das questões levantadas pelo TC na Lei sobre a gestação de substituição e dos milhares de embriões que correm o risco de ser destruídos, havendo necessidade de ultrapassar estes constrangimentos, e conjugar isso com a necessidade de se ter uma maior capacidade de resposta para quem quer ter filhos, perguntando à candidata o que pensa desta realidade e quais são as soluções que preconiza.

O Deputado Moisés Ferreira agradeceu as palavras iniciais da candidata, enfatizando algumas das questões, designadamente as relativas ao acórdão constitucional. Não compete ao CNPMA produzir legislação, mas poderá ter intervenção pública na apresentação de soluções para os problemas, pedindo que a candidata se pronuncie sobre as questões já colocadas.

A Deputada Carla Cruz referiu que, analisando o currículo, verifica que tem as condições para se candidatar. Perguntou quais são as motivações que subjazem à sua candidatura e de que forma poderá ajudar no cumprimento das atribuições do CNPMA. Pretende saber qual é a sua perspetiva de resposta pública ao problema da infertilidade, que é insuficiente, e qual é o seu pensamento sobre a gestação de substituição e de que forma se pode contribuir para ir de encontro do acórdão do TC.

Helena Pereira de Melo agradeceu o bom acolhimento, o que muito a honra. Agradeceu igualmente as questões colocadas, entendendo que o CNPMA funciona como controlo de legislação, assegurando que as normas sejam respeitadas e contribuindo para melhorá-las. Cerca de 15% dos casais são inférteis, têm filhos cada vez mais tarde e as listas de espera nos centros públicos estão a crescer, mas se o



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

Estado considerar a infertilidade uma doença, tem de adotar medidas. Acrescentou que aceita que a PMA possa ser considerada numa base na nova Lei de Bases da Saúde, que a legislação da PMA está desatualizada, e devia ser repensada tendo em conta os dados novos conhecidos, e que a gestão de substituição tem de ser enquadrada com o aparecimento de novas técnicas. Considera que o acórdão do TC é uma oportunidade para reformular a legislação.

O Presidente agradeceu a intervenção da candidata a membro do CNPMA bem como a disponibilidade manifestada, desejando-lhe as maiores felicidades.

O vídeo/gravação desta audição poderá ser acedido [aqui](#).

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 janeiro 2019.

O PRESIDENTE

(JOSE DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 147/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Joana Lima

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Graça
Teresa Caeiro

